



**CONCURSO PÚBLICO
N.º 108/CP/AT/2025**

PROGRAMA DO CONCURSO

Autoridade Tributária e Aduaneira

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS COMPLEMENTARES AOS SERVIÇOS
INTERNOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - LOTES 1 A 7**

ÍNDICE

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	3
Artigo 1. - Identificação do concurso	3
Artigo 2. - Entidade adjudicante	3
Artigo 3. - Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Artigo 4. - Fundamento do procedimento	4
Artigo 5. - Esclarecimentos retificações e alterações das peças do concurso	4
Artigo 6. - Leilão eletrónico	4
CAPÍTULO II – PROPOSTA E AVALIAÇÃO	5
Artigo 7. - Elementos e documentos que constituem as propostas	5
Artigo 8. - Critério de adjudicação	6
Artigo 9. - Relatório preliminar da fase de avaliação das propostas	11
Artigo 10. - Audiência prévia	11
Artigo 11. - Relatório final da fase de análise das propostas	11
CAPÍTULO III – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO	11
Artigo 12. - Notificação da decisão de adjudicação	11
Artigo 13. - Documentos de habilitação	12
Artigo 14. Caução	13
Artigo 15. - Agrupamento adjudicatário	13
Artigo 16. - Redução do contrato a escrito	14
CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS	14
Artigo 17. - Encargos	14
Artigo 18. - Legislação aplicável	14
ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)	15
ANEXO II - Modelo de declaração a que se refere a al) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP	16
ANEXO III – Formulário da proposta	17
ANEXO IV - Modelo de seguro caução	18
ANEXO V- Modelo de Guia de Depósito	19
ANEXO VI - Modelo de garantia bancária	20

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1. - Identificação do concurso

1. O presente concurso público, com a referência 108/CP/AT/2025, tem por objeto a formação do contrato para aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, em observância do disposto na Lei nº102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação, a decorrer nas instalações da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) identificadas no Anexo I do caderno de encargos, repartido em 7 lotes, como seguidamente se descreve, nos termos previstos no caderno de encargos do presente concurso:
 - a. **Lote 1:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para os distritos de Lisboa e Setúbal;
 - b. **Lote 2:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para os distritos de Aveiro, Braga e Porto.
 - c. **Lote 3:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para os distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu;
 - d. **Lote 4:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para os distritos de Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Santarém;
 - e. **Lote 5:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para os distritos de Portalegre, Beja, Évora e Faro;
 - f. **Lote 6:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para os distritos de Angra, Horta e Ponta Delgada;
 - g. **Lote 7:** Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, para o distrito do Funchal.
2. A descrição do objeto obedece à classificação CPV (Common Procurement Vocabulary) 851470001 Serviços de medicina do trabalho, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, que alterou o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

Artigo 2. - Entidade adjudicante

1. A Entidade Adjudicante é o Estado Português, através da Autoridade Tributária e Aduaneira do Ministério das Finanças, adiante designada por AT, com o NIF 600084779, sita na Rua da Prata, n.º 20 e 22 – 1149-027 Lisboa.
2. Os contactos para todas as formalidades respeitantes ao presente concurso são assegurados através da plataforma eletrónica <https://community.vortal.biz/sts/Login>

3. O processo do concurso pode ser consultado na plataforma eletrónica <https://community.vortal.biz/sts/Login> utilizada pela AT e encontra-se patente na Direção de Serviços de Contratação Pública e Logística – Divisão de Contratação, sita na Rua da Prata, n.º 20 e 22, 1149-027 Lisboa, onde pode ser examinado, das 09h00 às 13h00 horas e das 14h00 às 17h00 horas, desde o dia da publicação do respetivo anúncio.

Artigo 3. - Órgão que tomou a decisão de contratar

1. A assunção de encargos plurianuais foi autorizada pela Portaria n.º 126/2023, de 2 de março, publicada no Diário da República, n.º 54, de, 16 de março e reprogramada pela Portaria n.º 437/2024/2, de 12 de março, publicada no Diário da Republica, 2ª série, n.º 63, de 28 de março.
2. A decisão de contratar foi tomada por despacho de 30-12-2025 da Diretora de Serviços de Gestão de Recursos Financeiros, Dr.ª Maria Judite Gamboa, no uso de competência subdelegada pelo despacho n.º 11469/2025, de 24 de setembro, publicado no D.R. 2ª série, n.º 188, de 30 de setembro

Artigo 4. - Fundamento do procedimento

A escolha do procedimento por concurso público, com publicação de anúncio no *Jornal Oficial da União Europeia*, fundamenta-se nos termos da al. a) do n.º 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Artigo 5. - Esclarecimentos retificações e alterações das peças do concurso

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças patenteadas, bem como as listas contendo os erros e as omissões das peças do concurso, devem ser apresentados, por escrito, na plataforma eletrónica Vortal utilizada pela AT, através do endereço <https://community.vortal.biz/sts/Login>, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são prestados, por escrito, pelo júri, através da plataforma eletrónica, na mesma funcionalidade referida no número anterior, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores fazem parte das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6. - Leilão eletrónico

No presente concurso não há lugar a leilão eletrónico.

CAPÍTULO II – PROPOSTA E AVALIAÇÃO

Artigo 7. - Elementos e documentos que constituem as propostas

1. A proposta a apresentar, relativa a cada lote, deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), previsto no n.º 6 do artigo 57.º do CCP, conforme modelo **Anexo I** deste programa;
 - b) Documentos comprovativos da vinculação dos subscritores da proposta, a forma de obrigar, prevista para o concorrente em apreço (certidão permanente, procurações etc.), observado o n.º 4 e n.º 5 do artigo 57.º do CCP;
 - c) Documento conforme o **Anexo III**, deste programa, em formato pdf e excel, com indicação por lote a que concorre:
 - i. Prestação de serviços de segurança no trabalho: Preço proposto por estabelecimento, não incluindo o IVA;
 - ii. Prestação de serviços de saúde:
 - a. Perfil A: Preço proposto por trabalhador;
 - b. Perfil B: Preço proposto por trabalhador, quando aplicável;
 - c. Perfil C: Preço proposto por trabalhador, quando aplicável;
 - iii. Número de especialistas em medicina do trabalho propostos;
 - iv. Número de especialistas em segurança no trabalho propostos;
 - v. Número de instalações clínicas fixas propostas;
 - vi. Número de instalações móveis propostas;
 - d) Indicação da taxa de IVA, se legalmente devido;
 - e) Documento que contenha a listagem nominal dos especialistas em medicina do trabalho, e dos especialistas em segurança do trabalho por distrito de cada lote a que concorre;
 - f) Documento que contenha a listagem de instalações clínicas fixas próprias ou instalações clínicas subcontratadas e instalações clínicas móveis por cada lote a que concorre, com indicação da respetiva morada ou matrícula, conforme aplicável;
 - g) Documento que contenha a listagem de instalações clínicas para a realização dos exames complementares de diagnóstico para cada lote a que concorre, com indicação da respetiva morada.
 - h) Outros documentos que em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar.
 2. As propostas devem considerar, conjuntamente, a prestação de serviços externos de segurança no trabalho bem como a prestação de serviços externos de saúde no trabalho.
 3. Os preços são indicados em euros, não incluindo o imposto sobre o valor acrescentado (IVA) e devem ser apresentados com arredondamento a duas casas decimais.

4. Todos os documentos da proposta devem ser redigidos em língua portuguesa.
5. Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nos termos do artigo 59.º do CCP.
6. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período mínimo de 90 (noventa) dias contados a partir da data limite para a sua entrega.
7. A proposta e os documentos que a instrui, apresentados nos termos do presente artigo, devem ser todos individualmente assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com aposição de assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
8. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na alínea a) do n.º 2 deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 8. - Critério de adjudicação

1. O critério de adjudicação utilizado é o da proposta economicamente mais vantajosa determinado pela modalidade Multifator, conforme referido no al. a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, por cada lote, com base nos seguintes fatores:
 - a. Preço da Proposta (PP) (40%)
 - b. Corpo clínico e de técnicos de segurança no trabalho do concorrente (CCST) (35%)
 - c. Instalações clínicas fixas e móveis (ICFM) (25%)
2. Será adjudicada a proposta que obtiver a pontuação mais alta, para cada lote a que concorre, sendo a pontuação final obtida através da seguinte fórmula, com arredondamento à segunda casa decimal:

Valoração da proposta (VP)= PP Lote N x40%+CCST Lote N x35%+ICFM Lote N x25%

a) Fator PP:

Componentes da avaliação	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Nº estabelecimentos do Lote N (NE Lote N)	249	109	98	97	84	36	4
Preço Base por Estabelecimento (PBE Lote n)	354,50 €	389,00 €	495,00 €	495,00 €	495,00 €	1 116,67 €	1 683,33 €
Nº Trabalhadores perfil A do Lote N (NTPA Lote N)	4394	2288	918	1178	812	251	38
Nº Trabalhadores perfil B do Lote N (NTPB Lote N)	72	50			16	8	24
Nº Trabalhadores perfil C do Lote N (NTPC Lote N)	40	8					
Preço base trabalhador Perfil A (PBT-A)	49,75 €	44,50 €	44,50 €	44,50 €	44,50 €	74,01 €	69,37 €
Preço base trabalhador Perfil B (PBT-B)	66,50 €	61,00 €			61,00 €	74,01 €	69,37 €
Preço base trabalhador Perfil C (PBT-C)	55,75 €	46,50 €					
Preço base do Lote n (Pbase Lote N)	313 890,00 €	147 639,00 €	89 361,00 €	100 436,00 €	78 690,00 €	59 368,71 €	11 034,26 €

- Fórmula de avaliação para os lotes 1 e 2:

Preço Proposto Lote N (PProp Lote N)= [PPE Lote N x NE Lote N] + [NTPA Lote N x PPTP-A Lote N] + [NTPB Lote N x PPTP-B Lote N] + [NTPC Lote N x PPTP-C Lote N]

- Fórmula de avaliação para os lotes 3 e 4:

Preço Proposto Lote N (PPro Lote N)= [PPE Lote N x NE Lote N] + [NTPA Lote N x PPTP-A Lote N]

- Fórmula de avaliação para os lotes 5 a 7:

Preço Proposto Lote N (PPro Lote N)= [PPE Lote N x NE Lote N] + [NTPA Lote N x PPTP-A Lote N] + [NTPB Lote N x PPTP-B Lote N]

Em que:

N: Número do lote

PPE Lote N: Preço proposto por Estabelecimento

PPTP-A Lote N: Preço proposto para o trabalhador Perfil A

PPTP-B Lote N: Preço proposto para o trabalhador Perfil B

PPTP-C Lote N: Preço proposto para o trabalhador Perfil C

A pontuação do fator preço para cada lote a que concorre será obtida através da seguinte fórmula, com arredondamento à segunda casa decimal:

PP Lote N = [(Pbase Lote N - PPro Lote N) / Pbase Lote N] x 100

- b) Fator CCST subdividido em 2 subfatores:

- Corpo clínico (CC) (50%)

Subfator de avaliação - Corpo Clínico (CC)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º mínimo de especialistas em medicina no trabalho (NMTr Lote N)	2	1	1	1	1	1	1
N.º máximo de especialistas em medicina no trabalho (NMTR Lote N)	25	25	20	20	20	15	15

N.º de especialistas em medicina no trabalho de referência (NMTR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NMTR Lote N = NMTR Lote N - NMTr Lote N	23	24	19	19	19	14	14

Fórmula de avaliação: CC Lote N = (1 - ((NMTR Lote N - (NMTP Lote N-NMTr Lote N) / NMTR Lote N)) x 100

CC Lote N = 100% se NMTP Lote N > a NMTR Lote N

CC Lote N = 0 se NMTP Lote N <= a NMTr Lote N

Em que:

N: Número do lote

NMTP: Número de especialistas em medicina no trabalho propostos

- Segurança Trabalho (ST) (50%)

Subfator de avaliação - Segurança Trabalho (ST)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º mínimo de especialistas em Segurança no trabalho (NSTm Lote N)	2	2	2	2	2	2	2
N.º máximo de especialistas em segurança no trabalho (NSTM Lote N)	20	20	20	20	20	15	15

N.º de especialistas em Segurança no trabalho de referência (NSTR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NSTR Lote N = NSTM Lote N - NSTm Lote N	18	18	18	18	18	13	13

Fórmula de avaliação: ST Lote N = $(1 - ((NSTR Lote N - (NSTP Lote N - NSTm Lote N)) / NSTR Lote N)) \times 100$

ST Lote N = 100% se NSTP Lote N > a NSTM Lote N

ST Lote N = 0 se NSTP Lote N <= a NSTm Lote N

Em que:

N: Número do lote

NSTP: Número de especialistas em segurança no trabalho propostos

A pontuação do fator CCST para cada lote a que concorre será obtida através da seguinte fórmula:

CCST Lote N = (CC Lote N x %CC Lote N) + (ST Lote N x %ST Lote N)

c) Fator ICFM subdividido em 2 subfatores:

- Instalações Fixas (IF)

Subfator de avaliação - Instalações Fixas (IF)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º mínimo de Instalações Fixas (NIFm Lote N)	1	1	1	1	1	1	1
N.º máximo de Instalações Fixas (NIFM Lote N)	25	25	15	15	15	5	5

N.º de Instalações fixas de referência (NIFR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NIFR Lote N = NIFM Lote N - NIFm Lote N	24	24	14	14	14	4	4

Fórmula de avaliação: IF Lote N = $(1 - ((NIFR Lote N - (NIFP Lote N - NIFm Lote N)) / NIFR Lote N)) \times 100$

IF Lote N = 100% se NIFP Lote N > a NIFM Lote N

IF Lote N = 0 se NIFP Lote N <= a NIFm Lote N

Em que:

N: Número do lote

NIFP: Número de instalações fixas propostas

- Instalações Móveis (IM)

Subfator de avaliação - Instalações Móveis (IM)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º mínimo de Instalações móveis (NIMM Lote N)	1	1	1	1	1	1	1
N.º máximo de Instalações Móveis (NIMM Lote N)	20	20	20	20	20	5	5

N.º de Instalações móveis de referência (NIMR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NIMR Lote N = NIMM Lote N - NIMM Lote N	19	19	19	19	19	4	4

Fórmula de avaliação: IM Lote N = $(1 - ((NIMR Lote N - (NIMP Lote N - NIMM Lote N)) / NIMR Lote N)) \times 100$

IM Lote N = 100% se NIMP Lote N > a NIMM Lote N

IM Lote N = 0 se NIMP Lote N <= a NIMM Lote N

Em que:

N: número do lote

NIMP: Número de instalações móveis propostas

Ponderação:

ICFM - Ponderação dos subfatores de avaliação	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Instalações Fixas (%IF Lote N)	75%	75%	60%	60%	60%	60%	60%
Instalações móveis (%IM Lote N)	25%	25%	40%	40%	40%	40%	40%

A pontuação do fator ICFM para cada lote a que concorre será obtida através da seguinte fórmula:

CCFM Lote N = (IF Lote N x %IF Lote N) + (IM Lote N x %IM Lote N)

3. No caso de se verificarem situações de empate na classificação das propostas, utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate pela ordem de aplicabilidade a seguir apresentada:
 - a) O mais baixo preço unitário por estabelecimento para a prestação de serviços de segurança no trabalho;
 - b) Em caso de persistência de empate para o preço apresentado no disposto na alínea anterior, será adjudicada a proposta com o mais baixo preço unitário indicado por trabalhador perfil A, para a prestação de serviços de saúde;
 - c) No caso de ainda se verificarem situações de empate na classificação das propostas, será utilizado como critério de desempate o definido na alínea c), do n.º 5 do artigo 74.º do CCP, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008 de 29/01, alterado pela Lei n.º 30/2021 de 21/05, o sorteio, a desenrolar presencialmente com o júri do concurso e com os interessados, em data, hora e local a comunicar

com a antecedência mínima de três dias, do qual será lavrada ata por todos os presentes. O sorteio realizar-se-á através de extração direta de cupões com a designação dos concorrentes admitidos cujas propostas têm o mesmo preço. A ordem de extração dos cupões corresponderá à ordenação das respetivas propostas dos concorrentes admitidos.

Artigo 9. - Relatório preliminar da fase de avaliação das propostas

1. Após a análise das propostas e da aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora, fundamentadamente, um relatório preliminar de avaliação, no qual propõe a ordenação das propostas apresentadas.
2. No relatório preliminar a que se refere o número anterior, o júri também propõe, fundamentadamente, a exclusão das propostas nos termos do artigo 146.º do CCP.

Artigo 10. - Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar referido no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo de 5 (cinco) dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Artigo 11. - Relatório final da fase de análise das propostas

1. Cumprido o disposto no número anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de propostas se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos de exclusão.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
3. Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

CAPÍTULO III – ADJUDICAÇÃO, HABILITAÇÃO

Artigo 12. - Notificação da decisão de adjudicação

1. A decisão de adjudicação relativa a cada lote é comunicada, em simultâneo, a todos os concorrentes, juntamente com o relatório final de análise das propostas e minuta do contrato.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário para apresentar os documentos de habilitação referidos no artigo seguinte, nos termos do n.º 2 do artigo 77º.

Artigo 13. - Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, na plataforma <https://community.vortal.biz/sts/Login>, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da adjudicação, os documentos de habilitação referidos no artigo 81º do CCP, conforme se refere:
 - Declaração prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, conforme **Anexo II** do presente programa;
 - Os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do nº 1 do artigo 55.º do CCP (nomeadamente certidões da autoridade tributária, da segurança social e registos criminais da pessoa coletiva e dos titulares de órgão de administração e/ ou gerência);
 - Certidão comercial atualizada;
 - Nos casos em que o valor do contrato a celebrar determine a sua sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas um Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas, salvo se o adjudicatário for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei, nos termos do nº 9 do artigo 81.º do CCP;
 - Documento comprovativo de inscrição no Registo Central do Beneficiário Efetivo, nos termos do disposto no artigo 36.º do Anexo à Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, no artigo 34.º da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e ainda da Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;
 - Documento comprovativo de autorização da Direção-Geral da Saúde (DGS) ou da Direção Regional da Saúde (DRS), conforme aplicável, no âmbito da prestação de Serviços Externos de Saúde no Trabalho, em atividades de Risco Elevado (de acordo com a alínea i) do artigo 79.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro);
 - Documento comprovativo de autorização da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), da Direção Regional do Trabalho da Região Autónoma da Madeira ou da Inspeção Regional do Trabalho dos Açores, conforme aplicável, relativamente à prestação de Serviços Externos de Segurança no Trabalho, em atividades de Risco Elevado (de acordo com a alínea i) do artigo 79.º da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro);
 - Registo na Entidade Reguladora da Saúde (ERS).
2. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrarem disponíveis na internet o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, nos termos do nº 2 do artigo 5.º da Portaria 372/2017, de 14/12.
3. Com o consentimento do adjudicatário, nos termos da lei, a entidade adjudicante consulta a informação relativa a qualquer dos documentos referidos no número anterior, estando dispensada a sua apresentação nos termos do nº 1. Para esse efeito, informa-se que a AT é detentora do NIPC n.º 600084779, podendo com esse número o adjudicatário formalizar o consentimento junto da entidade competente para tal.

4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81º do CCP, na sua atual redação, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, de acordo com o no n.º 10 do art.º 81.º do CCP.
5. Nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 85.º do CCP, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
6. Nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, pode ser concedido um prazo adicional de 2 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados.

Artigo 14. Caução

1. Nos termos do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos, e atendendo ao estipulado no artigo 88.º e seguintes do CCP, nos casos em que o valor do contrato a celebrar seja igual ou superior a € 500.000,00, o adjudicatário prestará, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação de adjudicação, uma caução no valor de 5% do preço contratual, destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.
2. A caução referida no número anterior deve ser prestada mediante um dos seguintes modelos:
 - Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português, nos termos do modelo constante no **Anexo IV** deste programa;
 - Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes no **Anexo V** e **VI**, respetivamente, deste programa.
3. Pode ser concedido um prazo adicional de 3 dias úteis para supressão de irregularidades detetadas nos documentos da caução apresentados.

Artigo 15. - Agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por um agrupamento concorrente os respetivos membros e apenas estes devem associar-se antes da celebração do contrato na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de solidariedade.
2. Os membros do agrupamento adjudicatário devem igualmente subscrever declarações de nomeação de chefe do consórcio ao qual conferirão os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante quaisquer quantias que devem ser pagas às consorciadas em execução do contrato.
3. O título constitutivo da modalidade de associação dos membros do agrupamento adjudicatário previsto no n.º 1 e as declarações referidas no número anterior devem ser apresentados pelo adjudicatário no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação.
4. A não apresentação dos documentos referidos no número anterior nos termos e prazos aí previstos determina a caducidade da adjudicação aplicando-se com as necessárias adaptações o regime consagrado nos n.ºs 2 a 4 do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16. - Redução do contrato a escrito

O contrato será reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, de acordo com o previsto no nº 1 do artigo 94º e na al. a) do nº 1 do artigo 95º do CCP, aprovado pelo D.L. n.º 18/2008, de 20/01, alterado pela Lei n.º 30/2021, de 21/05.

CAPÍTULO IV – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 17. - Encargos

Correm por conta do adjudicatário todas as despesas em que este haja de incorrer em virtude das obrigações emergentes do contrato, incluindo as relativas à prestação e manutenção da caução e aos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas, caso se aplique.

Artigo 18. - Legislação aplicável

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa de Concurso, bem como no Caderno de Encargos será aplicável o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação atual e respetiva legislação regulamentar.

Anexos:

- I. DEUCP;
- II. Anexo II ao CCP;
- III. Formulário da proposta;
- IV. Anexo IV – Modelo de seguro caução;
- V. Anexo V – Modelo de Guia de Depósito;
- VI. Anexo VI – Modelo de garantia bancária

ANEXO I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

Parte I: Informações relativas ao procedimento de contratação e à autoridade ou entidade contratante

Informações sobre a publicação

Número do anúncio no índice do JO:

Jornal Oficial Nacional

Caso não seja publicado um anúncio de concurso no Jornal Oficial da União Europeia, ou se tal publicação não for obrigatória, a autoridade adjudicante ou a entidade adjudicante deve preencher as informações que permitam identificar de forma inequívoca o procedimento de contratação (por exemplo, a referência da publicação a nível nacional)

Identidade do adquirente

Nome oficial:

Autoridade Tributária e Aduaneira

País:

Portugal

Informações sobre o procedimento de contratação

Tipo de procedimento

Concurso aberto

Título:

108/CP/AT/2025 - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS COMPLEMENTARES AOS SERVIÇOS INTERNOS DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO - LOTES 1 A 7

Descrição sucinta:

Aquisição de serviços externos complementares aos serviços internos de segurança e saúde no trabalho, em observância do disposto na Lei nº102/2009, de 10 de setembro, na sua atual redação, a decorrer nas instalações da Autoridade Tributária e Aduaneira, repartido em 7 lotes, como se sucedidamente se descreve: Lt 1-Distritos de Lisboa e Setúbal; Lt 2 - Distritos de Aveiro, Braga e Porto; Lt 3: Distritos de Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Guarda e Viseu;

Lt 4: Distritos de Castelo Branco, Coimbra, Leiria e Santarém; Lt 5: Distritos de Portalegre, Beja, Évora e Faro; Lt 6: Distritos de Angra, Horta e Ponta Delgada; Lt 7: Distrito do Funchal

Número de referência atribuído ao processo pela autoridade contratante ou pela entidade contratante (caso aplicável):

108/CP/AT/2025

Parte II: Informações sobre o operador económico

A: Informações sobre o operador económico

Nome:

Rua e número:

Código postal:

Localidade:

País:

Endereço Internet (sítio web) (se aplicável):

Correio eletrónico:

Telefone:

Pessoa ou pessoas a contactar:

Número de IVA, se aplicável:

Se o número de IVA não for aplicável, indicar outro número de identificação nacional, quando necessário e se for aplicável

O operador económico é uma micro, uma pequena ou uma média empresa?

- Sim
- Não

Apenas no caso de contratos reservados: o operador económico é uma entidade cujo objetivo é a integração social ou profissional, uma «empresa social» ou prevê a execução do contrato no quadro de programas de emprego protegido?

- Sim
- Não

Qual a percentagem correspondente de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos?

Se necessário, queira especificar a que categoria ou categorias específicas de trabalhadores com deficiência ou desfavorecidos pertencem os empregados

Se for caso disso, o operador económico encontra-se inscrito numa lista oficial de operadores económicos aprovados ou dispõe de certificação equivalente (por exemplo, no âmbito de um sistema de (pré-)qualificação)?

- Sim
- Não

- Responder às outras partes da presente secção, à secção B e, caso necessário, à secção C, da presente parte, preencher a parte V, se for caso disso, e, em todo o caso, preencher e assinar a parte VI.

a) Queira indicar o número de registo ou de certificação relevante, se aplicável:

b) Se o certificado de inscrição ou a certificação puderem ser obtidos por via eletrónica, indicar:

c) Indicar as referências em que se baseia a inscrição ou a certificação e, se for caso disso, a classificação obtida na lista oficial:

d) A inscrição ou a certificação abrange todos os critérios de seleção necessários?

- Sim
- Não

- Preencher também as informações em falta na parte IV, secções A, B, C ou D, consoante o caso, UNICAMENTE se tal for exigido no anúncio ou nos documentos do concurso relevantes

e) Pode o operador económico apresentar um certificado relativo ao pagamento das contribuições para a segurança social e dos impostos ou prestar informações que permitam à autoridade contratante ou entidade contratante obtê-lo diretamente através de uma base de dados nacional em qualquer Estado-Membro e que possa ser consultada gratuitamente?

- Sim
 Não

Se a documentação pertinente puder ser obtida por via eletrónica, indicar:

-

O operador económico participa no procedimento de contratação conjuntamente com outros operadores?

- Sim
 Não

- Queira assegurar que as outras partes interessadas preenchem um formulário DEUCP distinto.

a) Indicar o papel do operador económico no grupo (chefe do grupo, responsável pela execução de tarefas específicas...):

-

b) Indicar os outros operadores económicos que participam conjuntamente no procedimento de contratação:

-

c) Nome do grupo participante, se aplicável:

-

Quando aplicável, indicação do(s) lote(s) aos quais o operador económico pretende concorrer:

-

B: Informações sobre os representantes do operador económico #1

- Se aplicável, indicar o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) pessoa(s) habilitada(s) a representar o operador económico para efeitos do presente procedimento de contratação:

Nome próprio

-
Apelido

-
Data de nascimento

-
Local de nascimento

-
Rua e número:

-
Código postal:

-
Localidade:

-
País:

-
Correio eletrónico:

-
Telefone:

-
Cargo/Agindo na qualidade de:

-
Caso necessário, fornecer informações pormenorizadas sobre a representação (forma assumida, dimensão, efeito...):

C: Informações sobre o recurso às capacidades de outras entidades

O operador económico depende das capacidades de outras entidades para preencher os critérios de seleção estabelecidos na parte IV, bem como os (eventuais) critérios e regras indicados na parte V?

- Sim
 Não

- Queira apresentar um formulário DEUCP separado com as informações exigidas nas secções A e B da presente parte e na parte III para cada uma das entidades envolvidas, devidamente preenchidos e assinados por essas mesmas entidades.

Queira notar que essas informações devem também incluir quaisquer técnicos ou serviços técnicos não diretamente integrados na empresa do operador económico, em particular os responsáveis pelo controlo da qualidade e, no caso dos contratos de empreitada de obras públicas, dos técnicos ou dos serviços técnicos a quem o operador económico poderá recorrer para executar as obras.

Na medida em que forem relevantes para efeitos da(s) capacidade(s) específica(s) a que o operador económico irá recorrer, queira incluir as informações exigidas nas partes IV e V em relação a cada uma das entidades envolvidas.

D: Informações sobre os subcontratantes a cujas capacidades o operador económico não irá recorrer

- (Esta secção só deverá ser preenchida se a informação em causa for explicitamente exigida pela autoridade ou entidade contratante.)

O operador económico tem a intenção de subcontratar alguma parte do contrato a terceiros?

- Sim
- Não

Em caso afirmativo e na medida em que sejam conhecidos, queira apresentar uma lista dos subcontratantes propostos:

-

- Se a autoridade ou entidade contratante solicitar expressamente essas informações para além das informações previstas na Parte I, queira apresentá-las nas secções A e B da presente parte e na Parte III para cada (categoria de) subcontratante em causa.

Parte III: Motivos de exclusão

A: Motivos relacionados com condenações penais

O artigo 57.º, n.º 1, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Participação numa organização criminosa

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por participação numa organização criminosa, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Decisão-Quadro 2008/841/JAI do Conselho, de 24 de outubro de 2008, relativa à luta contra a criminalidade organizada (JO L 300 de 11.11.2008, p. 42).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

-

Emitente

-

Corrupção

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por corrupção, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 3.º da Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das Comunidades Europeias ou dos Estados-Membros da União Europeia (JO C 195 de 25.6.1997, p. 1) e do artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro 2003/568/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa ao combate à corrupção no setor privado (JO L 192 de 31.7.2003, p. 54). Este motivo de exclusão inclui também a corrupção conforme definida na legislação nacional da autoridade contratante (entidade contratante) ou do operador económico.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
 Não

Data da condenação

-

Justificação

-

Quem foi condenado

-

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
 Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Fraude

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à proteção dos interesses financeiros das Comunidades Europeias (JO C 316 de 27.11.1995, p. 48).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção dos artigos 1.º e 3.º da Decisão-Quadro do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa à luta contra o terrorismo (JO L 164 de 22.6.2002, p. 3). Este motivo de exclusão inclui também a instigação, a cumplicidade ou a tentativa de infração nos termos do artigo 4.º da referida decisão-quadro.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

-

Data da condenação

-

Justificação

-

Quem foi condenado

-

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim

Não

URL

Código

Emitente

Branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 1.º da Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro de 2005, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo (JO L 309 de 25.11.2005, p. 15).

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Data da condenação

Justificação

Quem foi condenado

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

- Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos

O operador económico ou qualquer pessoa que seja membro do seu órgão de administração, direção ou supervisão ou que tenha poderes de representação, decisão ou controlo nesse âmbito foi condenado por sentença transitada em julgado por trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, objeto de uma condenação proferida há cinco anos, no máximo, ou de um período de exclusão estabelecido diretamente na condenação e que continua a ser aplicável? Na aceção do artigo 2.º da Diretiva 2011/36/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de abril de 2011, relativa à prevenção e luta contra o tráfico de seres humanos e à proteção das vítimas, e que substitui a Decisão-Quadro 2002/629/JAI do Conselho (JO L 101 de 15.4.2011, p. 1).

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

-

Data da condenação

-

Justificação

-

Quem foi condenado

-

Na medida em que tal seja estabelecido diretamente na condenação, qual a duração do período de exclusão?

-

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

-

Código

-

Emitente

-

B: Motivos relacionados com o pagamento de impostos ou de contribuições para a segurança social

O artigo 57.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Pagamento de impostos

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de impostos, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- Sim
- Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- Sim
- Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

-
Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

Queira descrever os meios utilizados

-
O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Pagamento de contribuições para a segurança social

O operador económico violou as suas obrigações relativas ao pagamento de contribuições para a segurança social, quer no país em que se encontra estabelecido, quer no Estado-Membro da autoridade ou da entidade contratante, se este último for diferente desse país de estabelecimento?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

País ou Estado-Membro em causa

Montante em causa

-

Este incumprimento das obrigações foi estabelecido por outros meios que não uma decisão judicial ou administrativa?

- Sim
- Não

Se o incumprimento das obrigações foi estabelecido através de uma decisão judicial ou administrativa, a mesma é final e vinculativa?

- Sim
- Não

Queira indicar a data da condenação ou da decisão

Em caso de condenação, e na medida em que seja determinado diretamente na mesma, indicar a duração do período de exclusão

Queira descrever os meios utilizados

O operador económico já cumpriu as suas obrigações, pagando ou celebrando um acordo vinculativo com vista a pagar os impostos ou as contribuições para a segurança social em atraso, incluindo, se for caso disso, eventuais juros vencidos ou multas?

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

-

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

C: Motivos relacionados com a insolvência, conflitos de interesses ou uma falta grave em matéria profissional

O artigo 57.º, n.º 4, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes motivos de exclusão:

Violação das obrigações no domínio da legislação ambiental

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação ambiental? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Violação das obrigações no domínio da legislação social

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação social? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

- Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

Violação das obrigações no domínio da legislação laboral

Tanto quanto é do seu conhecimento, infringiu o operador económico qualquer das suas obrigações por força da legislação laboral? Tal como previsto para efeitos do presente concurso na legislação nacional, no anúncio ou na documentação do concurso relevante ou no artigo 18.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE.

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

- Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

Falência

O operador económico encontra-se em situação de falência?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Insolvência

O operador económico é objeto de um processo de insolvência ou de liquidação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Acordo com os credores

O operador económico celebrou um acordo com os seus credores?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Situação análoga, como falênci a abrigo da legislação nacional

O operador económico encontra-se em alguma situação análoga, como uma situação de falência decorrente de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada

obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Ativos sob gestão por um liquidatário

Os ativos do operador económico estão a ser geridos por um liquidatário ou pelos tribunais?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Atividades suspensas

As atividades do operador económico encontram-se suspensas?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Indicar as razões pelas quais se encontra, apesar de tudo, em condições de executar o contrato. Não será necessário prestar estas informações se a exclusão dos operadores económicos neste caso foi tornada obrigatória por força do direito nacional aplicável, sem qualquer possibilidade de derrogação, embora o operador económico esteja em condições de executar o contrato.

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Acordos com outros operadores económicos com o objetivo de distorcer a concorrência

O operador económico celebrou acordos com outros operadores económicos com vista a distorcer a concorrência?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

- Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Falta grave em matéria profissional

O operador económico foi declarado culpado de uma falta grave em matéria profissional? Se for caso disso, ver as definições na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso.

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

- Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Conflitos de interesses decorrentes da participação no procedimento de contratação

O operador económico tem conhecimento de qualquer conflito de interesses, como tipificado na legislação nacional, no anúncio relevante ou na documentação do concurso, decorrentes da sua participação no procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Intervenção direta ou indireta na preparação do presente procedimento de contratação

O operador económico ou uma empresa que lhe está associada aconselhou a autoridade ou entidade contratante ou participou de alguma outra forma na preparação do procedimento de contratação?

Queira inserir a sua resposta

- Sim

Não

Queira descrever essas medidas

Rescisão antecipada, indemnizações ou outras sanções comparáveis

O operador económico foi objeto de rescisão antecipada de um contrato público anterior, de um contrato anterior com uma entidade contratante ou de um contrato de concessão anterior ou ainda objeto de um pedido de indemnização ou de outras sanções comparáveis ao abrigo desse contrato anterior?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

- Tomou medidas para demonstrar a sua própria fiabilidade («limpeza automática»)

Sim

Não

Queira descrever essas medidas

Culpado de falsas declarações, ocultou informações, não conseguiu fornecer os documentos exigidos e obteve informações confidenciais sobre o presente procedimento

O operador económico já esteve numa das seguintes situações:

- a) Foi considerado culpado de falsas declarações ao prestar as informações requeridas para a verificação da inexistência de motivos de exclusão ou o cumprimento dos critérios de seleção,
- b) Ocultou essas informações,
- c) Não conseguiu apresentar sem demora os documentos comprovativos exigidos por uma autoridade contratante ou entidade contratante, e
- d) Diligenciou no sentido de influenciar indevidamente o processo de decisão pela autoridade ou entidade contratante para obter informações confidenciais suscetíveis de lhe conferir vantagens indevidas no concurso nem de prestar, por negligência, informações deturpadas suscetíveis de influenciar de forma determinante decisões de exclusão, seleção ou adjudicação?

Queira inserir a sua resposta

Sim

Não

D: Motivos de exclusão puramente nacionais

São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

Motivos de exclusão puramente nacionais

Outros motivos de exclusão que podem ser previstos pela legislação nacional do Estado-Membro da autoridade ou entidade contratante. São aplicáveis os motivos de exclusão puramente nacionais especificados no anúncio relevante ou nos documentos do concurso?

Queira inserir a sua resposta

- Sim
- Não

Queira descrever essas medidas

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

- Sim
- Não

URL

Código

Emitente

Parte IV: Critérios de seleção

A: Adequação

O artigo 58.º, n.º 2, da Diretiva 2014/24/UE enumera os seguintes critérios de seleção

Inscrição num registo comercial

Está inscrito em registos comerciais mantidos no seu Estado-Membro de estabelecimento, como descrito no anexo XI da Diretiva 2014/24/UE; os operadores económicos de alguns Estados-Membros podem ter de respeitar outros requisitos estabelecidos no referido anexo.

Queira inserir a sua resposta

- Sim

Não

Estas informações estão acessíveis gratuitamente às autoridades contratantes a partir de uma base de dados de um Estado-membro da EU?

Sim
 Não

URL

Código

Emitente

Terminar

Parte VI: Declarações finais

O operador económico declara sob compromisso de honra que as informações apresentadas nas partes II - V são exatas e corretas, tendo sido prestadas com conhecimento das consequências de prestar falsas declarações.

O operador económico declara sob compromisso de honra que pode mediante pedido e sem demora, fornecer os certificados ou outros documentos comprovativos referidos, salvo quando::

a) A autoridade ou entidade contratante disponha da possibilidade de obter diretamente os documentos comprovativos em causa mediante a consulta gratuita de uma base de dados nacional de qualquer Estado-Membro (desde que o operador tenha fornecido as informações (endereço Web, autoridade ou organismo emitente, referência exata da documentação) necessárias para permitir que a autoridade ou entidade contratante o faça. Quando necessário, este elemento deverá ser acompanhado das autorizações de acesso exigidas), ou

b) a partir de 18 de outubro de 2018, o mais tardar (dependendo da transposição para a legislação nacional do artigo 59.º, n.º 5, alínea b), da Diretiva 2014/24/UE), a autoridade ou entidade contratante já disporá dos documentos em causa.

O operador económico autoriza expressamente a autoridade ou entidade adjudicante, conforme indicada na parte I, a ter acesso aos documentos comprovativos das informações prestadas nas informações constantes da

parte III e da parte IV do presente Documento Europeu Único de Contratação Pública para efeitos do procedimento de adjudicação estabelecido na parte I. Data, local e, quando exigido ou necessário, assinatura(s):

Data

-
Local

-
Assinatura

ANEXO II - Modelo de declaração a que se refere a al) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no nº 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (5) Nos termos do disposto nos nºs 4 e 5 do artigo 57.

Os requisitos mínimos para qualificação dos candidatos, são os que constam do quadro seguinte:

ANEXO III – Formulário da proposta

Anexo III Programa Concurso - Formulário da proposta/Modelo de avaliação da proposta

Factores	Valoração						
a. Preço da Proposta (PP)	40%						
b. Corpo clínico e de técnicos de segurança no trabalho do concorrente (CCST)	35%						
c. Instalações clínicas fixas e móveis (ICFM)	25%						
	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Valoração da proposta (VP)= PP Lote N x40%+CCST Lote N x35%+ICFM Lote N x25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

a. Preço da Proposta (PP Lote N)							
Componentes da avaliação	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Nº estabelecimentos do Lote N (NE Lote N)	249	109	98	97	84	36	4
Preço Base por Estabelecimento (PBE Lote n)	354,50 €	389,00 €	495,00 €	495,00 €	495,00 €	1 116,67 €	1 683,33 €
Nº Trabalhadores perfil A do Lote N (NTPA Lote N)	4394	2288	918	1178	812	251	38
Nº Trabalhadores perfil B do Lote N (NTPB Lote N)	72	50			16	8	24
Nº Trabalhadores perfil C do Lote N (NTPC Lote N)	40	8					
Preço base trabalhador Perfil A (PBT-A)	49,75 €	44,50 €	44,50 €	44,50 €	44,50 €	74,01 €	69,37 €
Preço base trabalhador Perfil B (PBT-B)	66,50 €	61,00 €			61,00 €	74,01 €	69,37 €
Preço base trabalhador Perfil C (PBT-C)	55,75 €	46,50 €					
Preço base do Lote n (Pbase Lote N)	313 890,00 €	147 639,00 €	89 361,00 €	100 436,00 €	78 690,00 €	59 368,71 €	11 034,26 €
Elementos da proposta	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Preço proposto por Estabelecimento (PPE Lote N)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Preço proposto para o trabalhador Perfil A (PPTP-A Lote N)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Preço proposto para o trabalhador Perfil B (PPTP-B Lote N)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Preço proposto para o trabalhador Perfil C (PPTP-C Lote N)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
N = número do Lote							
Para os lotes 1 e 2:							
Preço Proposto Lote N (PProp Lote N)= [PPE Lote N x NE Lote N] + [NTPA Lote N x PPTP-A Lote N] + [NTPB Lote N x PPTP-B Lote N] + [NTPC Lote N x PPTP-C Lote N]							
Para os lotes 3 e 4							
Preço Proposto Lote N (PProp Lote N)= [PPE Lote N x NE Lote N] + [NTPA Lote N x PPTP-A Lote N]							
Para os lotes 5 a 7							
Preço Proposto Lote N (PProp Lote N)= [PPE Lote N x NE Lote N] + [NTPA Lote N x PPTP-A Lote N] + [NTPB Lote N x PPTP-B Lote N]							
Cálculo do preço da proposta	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Preço Proposto Lote N (PProp Lote N)	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Valoração do Preço da Proposta (PP Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
PP Lote N = [(Pbase Lote N - PProp Lote N) / Pbase Lote N] x 100	-	-	-	-	-	-	-

b. Corpo clínico e de técnicos de segurança no trabalho do concorrente (CCST Lote N)							
Subfator de avaliação - Corpo Clínico (CC)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º minímo de especialistas em medicina no trabalho (NMTM Lote N)	2	1	1	1	1	1	1
N.º máximo de especialistas em medicina no trabalho (NMTM Lote N)	25	25	20	20	20	15	15
N.º de especialistas em medicina no trabalho de referência (NMTR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NMTR Lote N = NMTM Lote N - NMTM Lote N	23	24	19	19	19	14	14
Fórmula de avaliação do sub fator Corpo Clínico (CC):							
N = número do Lote							
CC Lote N = (1- ((NMTR Lote N - (NMTM Lote N-NMTM Lote N) / NMTR Lote N)) x 100							
CC Lote N =100% se NMTR Lote N > a NMTR Lote N							
CC Lote N =0 se NMTR Lote N <= a NMTR Lote N							
Subfator de avaliação - Segurança Trabalho (ST)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º minímo de especialistas em Segurança no trabalho (NSTM Lote N)	2	2	2	2	2	2	2
N.º máximo de especialistas em segurança no trabalho (NSTM Lote N)	20	20	20	20	20	15	15
N.º de especialistas em Segurança no trabalho de referência (NSTR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NSTR Lote N = NSTM Lote N - NSTM Lote N	18	18	18	18	18	13	13
Fórmula de avaliação do sub fator Segurança no Trabalho (ST)							
N = número do Lote							
ST Lote N = (1- ((NSTR Lote N - (NSTP Lote N-NSTM Lote N) / NSTR Lote N)) x 100							
ST Lote N =100% se NSTR Lote N > a NSTM Lote N							
ST Lote N =0 se NSTR Lote N <= a NSTM Lote N							
CCST - Ponderação dos subfatores de avaliação	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Corpo Clínico (%CC Lote N)	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Segurança Trabalho (%ST Lote N)	50%	50%	50%	50%	50%	50%	50%
Elementos da proposta	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º de especialistas em medicina no trabalho proposto (NMTP Lote N)	-	-	-	-	-	-	-
N.º de especialistas em Segurança no trabalho proposto (NSTP Lote N)	-	-	-	-	-	-	-
Valoração da proposta	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
CC Lote N=	-	-	-	-	-	-	-
ST Lote N=	-	-	-	-	-	-	-
CCST Lote N = (CC Lote N x %CC Lote N) + (ST Lote N x %ST Lote N)	-	-	-	-	-	-	-

c. Instalações clínicas fixas e móveis (ICFM Lote N)							
Subfator de avaliação - Instalações Fixas (IF)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7

N.º minimo de Instalações Fixas (NIFm Lote N)	1	1	1	1	1	1	1
N.º máximo de Instalações Fixas (NIFM Lote N)	25	25	15	15	15	5	5
N.º de Instalações fixas de referencia (NIFR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NIFR Lote N = NIFM Lote N - NIFm Lote N	24	24	14	14	14	4	4
Fórmula de avaliação do sub fator Instalações Fixas (IF)							
N = número do Lote							
IF Lote N = $(1 - ((NIFR Lote N - (NIFP Lote N - NIFm Lote N)) / NIFR Lote N)) \times 100$							
IF Lote N = 100% se NIFP Lote N > a NIFM Lote N							
IF Lote N = 0 se NIFP Lote N <= a NIFM Lote N							
Subfator de avaliação - Instalações Móveis (IM)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º minimo de Instalações móveis (NIMm Lote N)	1	1	1	1	1	1	1
N.º máximo de Instalações Móveis (NIMM Lote N)	20	20	20	20	20	5	5
N.º de Instalações móveis de referencia (NIMR Lote N)	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
NIMR Lote N = NIMM Lote N - NIMm Lote N	19	19	19	19	19	4	4
Fórmula de avaliação do sub fator Instalações Móveis (IM)							
N = número do Lote							
IM Lote N = $(1 - ((NIMR Lote N - (NIMP Lote N - NIMm Lote N)) / NIMR Lote N)) \times 100$							
IM Lote N = 100% se NIMP Lote N > a NIMM Lote N							
IM Lote N = 0 se NIMP Lote N <= a NIMM Lote N							
ICFM - Ponderação dos subfatores de avaliação	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
Instalações Fixas (%IF Lote N)	75%	75%	60%	60%	60%	60%	60%
Instalações móveis (%IM Lote N)	25%	25%	40%	40%	40%	40%	40%
Elementos da proposta	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
N.º de Instalações Fixas proposto (NIFP Lote N)	-	-	-	-	-	-	-
N.º de Instalações móveis proposto (NIMP Lote N)	-	-	-	-	-	-	-
Valoração da proposta	Lote 1	Lote 2	Lote 3	Lote 4	Lote 5	Lote 6	Lote 7
IF Lote N=	-	-	-	-	-	-	-
IM Lote N=	-	-	-	-	-	-	-
CCFM Lote N = $(IF Lote N \times \%IF Lote N) + (IM Lote N \times \%IM Lote N)$	-	-	-	-	-	-	-

ANEXO IV - Modelo de seguro caução

A companhia de seguros _____, com sede em _____(morada), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de _____, presta a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, com sede na Rua da Prata, N.º 20 e 22 – 1149 – 027 em Lisboa, e ao abrigo de contrato de seguro caução celebrado com _____ (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de _____ Euros (_____ euros) correspondente à caução de 5% prevista no programa de concurso/convite destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que _____(empresa adjudicatária) com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, assumirá no contrato que com ela a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), vai outorgar e que tem por objeto _____ (designação do objeto do procedimento), regulada nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (cinco) dias úteis seguintes à AT, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____(empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à AT, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador de seguro.

A presente garantia não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável. (Código dos Contratos Públicos).

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)

ANEXO V- Modelo de Guia de Depósito

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) da _____ (*Instituição*) a quantia de _____ Euros (_____ Euros), _____ (*em dinheiro ou representada por*), _____, como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito fica à ordem da Autoridade Tributária e Aduaneira, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data...

Assinatura,

ANEXO VI - Modelo de garantia bancária

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), com sede em _____ (morada), pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, vem o Banco _____, com sede em _____, com capital social de _____, registo na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o n.º _____, de ____ / ____ / _____, declarar prestar a favor da Autoridade Tributária e Aduaneira, sita na Rua da Prata, N.º 20 e 22 – 1149 – 027 em Lisboa, uma Garantia Bancária autónoma, irrevogável no valor de _____ Euros (_____ Euros) correspondente à caução de 5% de _____ Euros (valor da adjudicação), prevista no Programa de Concurso/Convite para a adjudicação _____ (*identificação do objeto do procedimento*), destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes da adjudicação.

Assim, por força desta Garantia, obriga-se este Banco a pagar à Autoridade Tributária e Aduaneira, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que a Autoridade Tributária e Aduaneira, tenha de justificar o pedido e sem que o Banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que a Autoridade Tributária e Aduaneira, lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O Banco deve pagar as quantias solicitadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira, no prazo de 10 dias úteis ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente Garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção nos termos do contrato e da legislação aplicável.

Assegura o Banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente Garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o Banco e estes estão regularmente autorizados a prestar Garantia Bancária desta natureza, consoante disposição do Estatuto Social do Banco.

É pois de _____ Euros(_____) Euros), o valor da presente Garantia.

Data

Assinaturas (Reconhecidas na qualidade)